

TORNOZELEIRAS ELETRÔNICAS

(Luiz Guilherme Marques, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível de Juiz de Fora - MG)

Uma das obras mais completas sobre o Penitenciarismo é "Vigiar e Punir - história da violência nas prisões", de MICHEL FOUCAULT, editada no Brasil pela Editora Vozes.

Chega-se à conclusão do fracasso de todas ideologias da privação da liberdade até hoje colocadas em prática em todos os países do mundo.

Quando tomamos conhecimento da utilização das tornozeleiras eletrônicas para os condenados em condições de trabalhar fora dos presídios, parecemos encontrar a "tábua de salvação" para a renovação do Direito Penitenciário.

Trabalho e educação são as molas mestras da ressocialização. A ociosidade corporal e intelectual é perigosa até para pessoas não inclinadas para a criminalidade, quanto mais para aqueles e aquelas cujo senso moral é oscilante...

Mas o trabalho necessita ter um direcionamento moral, não podendo ser tratado como mera forma de ganhar o pão de cada dia. É preciso que seja dado um sentido idealista de contribuir para o progresso e o bem-estar da coletividade. A educação não se resume na instrução acadêmica, mas se estende à formação religiosa, seja ela de que credo for.

A idéia de cidadania deve ser incutida na mentalidade dos apenados, para que se transformem de elementos desagregadores em pessoas úteis coletiva e individualmente.

Direitos e deveres devem ser expostos a esses cidadãos e essas cidadãs, integrando-os no universo das pessoas que convivem na coletividade.

Todavia, para convencê-los não basta levá-los aos ambientes de leitura e labor, mas arrebatá-los pelos exemplos construtivos. Eles enxergam os vícios e a desonestidade dos cidadãos viciosos e desonestos. É preciso que vejam também os cidadãos exemplares.

Nova Lima, área de atuação do juiz JUAREZ MORAES DE AZEVEDO, tem dado um grande exemplo de investimento em ressocialização de condenados, inclusive através da utilização de tornozeleiras eletrônicas.

Todavia, essa nobre iniciativa ainda está isolada num universo formado por magistrados, membros do Ministério Público, autoridades policiais e penitenciárias, além de representantes do Executivo e do Legislativo, tradicionalistas e defensores do aprisionamento puro e simples sem nenhuma preocupação real com a ressocialização pelo trabalho e pelo estudo.

A sugestão é que da boa-vontade esporádica de algumas autoridades se passe

à obrigatoriedade do Estado adquirir tais instrumentos de tecnologia avançada e disponibilizá-los para o Judiciário especializado.

Um Projeto de Lei se faz necessário a fim de transformar-se a idéia em realidade.

Enquanto tal não aconteça, o caminho é o acionamento do Judiciário para que obrigue os Estados-membros a adquirir tais equipamentos e fornecê-los tal como se tem feito para obrigá-los ao fornecimento de remédios aos pacientes que deles necessitam.

Não há como se esperar indefinidamente, ficando os presidiários sem as oportunidades que lhes são concedidas em países mais adiantados, como na França e Estados Unidos.

A tornozeleira eletrônica é uma das mais importantes invenções da nossa época.